Relatório Final

CEDECA
RIO·DE·JANEIRO
Centro de Defesa dos Direitos da Criança
e do Adolescente

Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Relatório Final

Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Análise e Sistematização

Maria America Diniz Reis
Coordenação Colegiada
Rede ECPAT Brasil
Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEDECA-RJ

Rio de Janeiro, 10 de março de 2018.

Sumário

I.Introdução

II. Implementação do Plano Nacional em cada Estado da Federação e no Distrito Federal: Fios e Desafios

Acre (Rio Branco)
Alagoas (Maceió)
Amapá (Macapá)
Amazonas (Manaus)
Bahia (Salvador)
Brasília (Distrito Federal)
Ceará (Fortaleza)
Espírito Santo (Vitória)
Goiás (Goiânia)
Maranhão (São Luís)
Mato Grosso (Cuiabá)
Mato Grosso do Sul (Campo Grande)
Minas Gerais (Belo Horizonte)
Pará (Belém)
Paraíba (João Pessoa)
Paraná (Curitiba)
Pernambuco (Recife)
Piauí (Teresina)
Rio Grande do Norte (Natal)
Rio Grande do Sul (Porto Alegre)
Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
Rondônia (Porto Velho)
Roraima (Boa Vista)
Santa Catarina (Florianópolis)
São Paulo (São Paulo)
Sergipe (Aracaju)
Tocantins (Palmas)

III. Palavras finais

Bibliografia

Anexos

Anexo I – Roteiro das oficinas
Anexo II – Resumo da atuação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
Anexo III – Resumo da atuação da Rede ECPAT Brasil
Anexo IV – Respostas da Rede de Roraima

Análise dos dados e informações por Estado da Federação e do Distrito Federal

"É preciso empoderar as crianças e os adolescentes
para que eles se apoderem de seus corpos
e, possam dizer, quando alguém pode tocar nos seus corpos".
Fala de Rose Rozendo,

Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e
Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes, Salvador, Bahia, 2016.

I. Introdução

O projeto *Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* foi executado pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (CEDECA-RJ), em parceria com o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Rede ECPAT Brasil. Contou com o apoio do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), por intermédio do convênio SICONV n° 792207/2013 – SDH/PR em 2015/2016, cujos fundos são oriundos do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O objetivo do Projeto foi o de identificar a realidade local e as dificuldades existentes, bem como produzir estratégias para o enfrentamento à violência sexual (abuso e exploração) contra crianças e adolescentes em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal.

A metodologia utilizada constou da realização de uma oficina (Anexo I) em quatro etapas, indicadas a seguir:

1) mesa de abertura com representantes do Comitê Nacional (CNEVSCA) CEDECA-RJ, da Rede ECPAT Brasil e de representantes de instituições locais do âmbito estadual e/ou municipal (CEDCA, CMDCA, Conselho Tutelar, Centro de Defesa, Comitê Estadual e/ou Municipal, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Policia Militar, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Assistência Social, Saúde, ONGs, Adolescentes, e representantes dos comitês ou fóruns locais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre outras), com atuação no assunto a ser tratado;

2) apresentação do Panorama da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em cada Estado da Federação e no Distrito Federal;

3) debate com os participantes de cada oficina, que indicaram os avanços, dificuldades e os desafios para a efetiva implementação do Plano Nacional;

4) apresentação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes pela Secretária Executiva do Comitê Nacional, seguida de intervenções e sugestões feitas pelos participantes;

5) indicação de Estratégias de Mobilização dos Integrantes do Sistema de Garantia de Direitos para implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Essa indicação foi feita pela organização de três grupos de trabalho, em determinados Estados;

6) considerações finais e 7) avaliação geral da oficina.

Assim, em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, o Plano Nacional foi apresentado e discutido, considerando todos os seus eixos. O histórico, a atuação, as limitações e os desafios do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foram também apresentados em todas as oficinas, de forma bastante detalhada.

Vale indicar que o Plano Nacional é uma diretriz da Secretaria de Direitos Humanos por meio do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual. O resumo da apresentação da atuação do Comitê Nacional está indicado no Anexo II.

Em todas as oficinas foi apresentada também a atuação de ECPAT Internacional e de ECPAT Brasil, ou seja, histórico e atuação específica, desafios e perspectivas sobre exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Também o resumo da atuação de ECPAT Brasil encontra-se no Anexo III.

Para todos os Estados e Distrito Federal foi feito um relatório completo que deverá ser encaminhado para a representação dos Conselhos Estaduais de Direitos em cada Estado, segundo compromisso dos organizadores.

A seguir serão apresentados os dados e as informações resumidas fornecidas pelos palestrantes e participantes em cada oficina.

Além disso, informações resumidas foram encaminhadas no relatório final apresentado ao SICONV no encerramento do Projeto em 2016, que podem ser consultadas no site do CEDECA/RJ.

II. Implementação do Plano Nacional em cada Estado da Federação: Fios e Desafios

Revisão dos Planos Estaduais e adequação ao Plano Nacional

Violência sexual é uma violação de direitos humanos.
(Karina Figueiredo)

1. ACRE (Rio Branco)

A oficina foi realizada no dia 08 de maio de 2015 na cidade de Rio Branco e contou com 57 inscrições e a participação de 35 pessoas (61%).

Participaram da oficina na cidade de Rio Branco representantes do Ministério Público (MP), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual do Acre, Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, Defensoria Pública (DP) e CDDHEP.

Segundo o representante do Ministério Público foi criado um núcleo específico para atendimento à violência contra criança e adolescente que, recentemente, se fundiu com a Delegacia voltada exclusivamente para o atendimento de crianças e adolescentes.

O Acre possui 13 CREAS em 12 municípios. Dentro do CREAS existem formulários, relatórios mensais e instrumentais onde podem ser coletados os dados. No entanto, a maioria dos técnicos ainda encontra dificuldades para o preenchimento dos formulários. O grande desafio é a revisão do Plano Estadual. O diagnóstico tem que ser revisto e os Conselhos Estaduais requerem ainda maior efetividade.

Os dados fornecidos foram do Disque 100. Foram identificados 13 municípios com grande incidência de violência. Em 2011, 17 dos 22 munícipios apontaram dados de denúncia que atingiram 350 denúncias, já em 2013 foram 20 municípios que denunciaram 616 casos. Até maio de 2014, 13 municípios participantes do projeto PAIR, informaram sobre 57 denúncias.

Nesta oficina os participantes foram divididos em três grupos de trabalho para apresentar uma estratégia de mobilização para implementação do Plano Estadual. Os participantes sugeriram a contratação de uma consultoria para fazer a revisão dos Planos.

Conclusão: Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual de Criança e Adolescente do Acre existente.

2. ALAGOAS (Maceió)

A oficina foi realizada no dia 12 de agosto de 2016 na cidade de Maceió e contou com 57 inscrições e a participação de 51 pessoas (89%).

Participaram da oficina em Maceió representantes do CEDCA, CMDCA, MP, Associação dos Conselheiros Tutelares (ACT), Superintendência da Criança da Secretaria de Estado de Prevenção à Violência, Poder Judiciário (PJ), DPCA (Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente), Direitos Humanos (DH), Câmara Municipal de Maceió (vereadora) e Conselho Regional de Psicologia.

Em Alagoas, de 2009 até 2016, a incidência maior de crimes sexuais foi o estupro, sendo o responsável por 94,9% dos crimes sexuais. Em 2016 foram registradas 290 ocorrências. Em Maceió, o estupro é ainda o maior dos crimes sexuais e a idade de zero a 13 anos é constantemente agredida e estuprada. De 14 a 17 anos, esse número diminui; 80% dos casos são do sexo feminino. O número de violência sexual contra meninos tem aumentado. Em 2015 foram 61 casos de estupros de vulneráveis do sexo masculino.

Em Alagoas foram 469 casos registrados em 2015 e em 2016, 221 casos até a data da realização da oficina. Em Maceió foram 129 casos, em Arapiraca foram 19 casos e em Palmeira dos Índios, foram seis casos em 2015. Interessante registrar que em Alagoas há dados registrados pelos Conselhos Tutelares: 70 casos.

A ser destacado que, em Alagoas foi feita a entrega da comenda Neide Castanha dada pela Câmara Municipal à Secretária Executiva do Comitê.

Conclusão: Comitê Estadual inexistente. Pauta assumida pelo Fórum DCA Estadual.

3. AMAPÁ (Macapá)

A oficina foi realizada no dia 12 de maio de 2015 na cidade de Macapá e contou com 56 inscrições e a participação de 30 pessoas (54%).

Participaram da oficina realizada em Macapá representantes da SEAS, Ponto Focal do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, Centro de Ensino Superior do Amapá, Delegacia Especializada na Criança e no Adolescente (DECA), Secretaria Estadual de Saúde (SES), Instituto Federal do Amapá e Movimento Proteja Amapá

Foram apresentados dados da Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente (DECA). Há duas delegacias especializadas. Delegacia de Investigação de Atos infracionais e Delegacia de Repressão e Crimes contra Crianças e Adolescentes. Foram registradas em 2015, 291 ocorrências de crimes contra crianças e adolescentes. A idade das crianças e adolescentes que sofreram esses crimes foi de nove a 15 anos. Em 2014, os atendimentos foram em número de 66, dentre desses, 32 tratavam de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Na avaliação da oficina foram apontadas as ausências do Poder Judiciário e de representantes do Poder Executivo.

Conclusão: Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Criança e Adolescente do Amapá existente.

4. AMAZONAS (Manaus)

A oficina ocorreu no dia 13 de novembro de 2015 na cidade de Manaus e contou com 81 inscrições e participação de 66 pessoas (81%).

Na oficina realizada em Manaus foram registradas as presenças das seguintes instituições: DPCA, Poder Judiciário, Frente Parlamentar, Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual, Conselheiro Nacional de Direitos Humanos Rede Um Grito pela Vida, SAVVS Sul e SEJUSC.

Foi feita uma pesquisa pela ECPAT Internacional e foram entrevistadas 16 pessoas (Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Educação, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, CEDECA Pé na Tábua, Secretaria Municipal de Saúde, Sindicato Estadual de Guias de Turismo, Secretaria Municipal de Turismo, IACAS e dois adolescentes), além da realização de um grupo focal. O relatório será disponibilizado pelo site de ECPAT.

Os dados diferem segundo cada instituição entrevistadas. Na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente foram 10 atendimentos diários. Em 2014 foram 1.527 atendimentos, sendo 1.061 relacionais à violência sexual. Três desses casos foram referentes à exploração sexual, 41 de favorecimento à prostituição e 818 são relacionados ao estupro, sendo 713 praticados contra meninas.

Foi destacada a existência de uma rede estruturada de exploração sexual segundo alguns informantes estratégicos. Redes de tráfico para fins sexuais do interior para capital; barcos de recreio nas férias com pais que trazem as meninas do interior para o trabalho doméstico na cidade e, ainda redes de tráfico com promessa de mudança para o corpo, principalmente, para os meninos que desejam transformação sexual. Redes de tráfico para grandes festas culturais ou folclóricas: Parintins, Figueiredo e Maués e turismo ecológico.

Nesta oficina os participantes apresentaram estratégias de mobilização para implementação do Plano Nacional.

Conclusão: Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Criança e Adolescente existente.

5. BAHIA (Salvador)

A oficina foi realizada em 07 de julho de 2016 na cidade de Salvador e contou com 91 inscritos e a participação de 84 pessoas (92%).

Nesta oficina realizada em Salvador participaram o CEDECA-BA, CEDCA, SJDHDS, CEDCA, CMDCA, Serviço VIVER, Centro Humanitário de Apoio à Mulher – CHAME, Rede de Desabafo Social, SAS, DP, CECA, CECUP, Projeto VIRA VIDA, SMPSE e Combate à Pobreza, MP, Ponto Focal do Comitê Nacional e FUNDAC.

Foi feito um planejamento estratégico do Ministério Público até 2023. Segundo o MP, em 2014 foram feitas 1.198 denúncias de violência sexual, em 2015, 1.329 e, em 2016, até abril, foram 339 denúncias através do Disque 100. Em 2015, Salvador foi o primeiro colocado nas denúncias. Em 2016, continua Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus, Camaçari e Vitória da Conquista.

Dados e informações apresentadas pelos membros do Comitê a nível local indicam que o estado da Bahia vem ocupando o segundo e o terceiro lugar no número de denúncias, envolvendo abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

A Polícia Rodoviária Federal informou sobre os pontos críticos de vulnerabilidade: Taberaba, Seabra, Ruy Barbosa, Barreira, Luiz Eduardo, Santo Antonio de Jesus e Porto Seguro.

A representante do CEDECA/BA iniciou sua fala lendo a carta que indica a preocupação com falta de discussões, ausência de respostas quanto à execução do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Ressaltou que várias instituições assinaram o Termo de Compromisso do Plano, em 17 de maio de 2012. No entanto, esse Termo não está sendo cumprido.

Foi também informado sobre a pesquisa realizada pela PLAN intitulada “Quanto custa?” o combate à violência contra meninas e agora está sendo realizada a pesquisa “Hoje menina” em todo o Estado. São 70 meninas que irão responder a um questionário.

Além disso, indicou a dificuldade para mobilizar o setor da educação para o enfrentamento da situação de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Conclusão: Fórum Estadual desativado e pauta assumida pelo Fórum DCA Estadual.

6. BRASILIA (Distrito Federal)

A oficina foi realizada no dia 22 de maio de 2015 e contou com 93 inscritos e 64 participantes (69%).

Participaram da oficina realizada em Brasília/DF o presidente do CDCA, a Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria dos Direitos do Governo Federal, a Secretária de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF, Universidade Católica de BSB,

Secretaria de Saúde do DF, CEDECA-DF, Coordenadoria do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, MP, Secretaria de Educação e Projeto ONDA/INESC.

A metodologia adotada nesta oficina foi bastante diferenciada em relação às realizadas nos outros Estados da Federação. Na revisão e aprovação do Plano Nacional em 2013-2014 foram analisados todos os eixos. Os participantes indicaram os avanços, as dificuldades e os desafios do ponto de vista qualitativo.

Registra-se como inovadora a discussão sobre os direitos sexuais; a inclusão da implementação do Plano no PPA; a necessidade de pactuação para o fluxo de atendimento em rede e a importância do atendimento aos autores de violência sexual.

Foi ainda reforçada a necessidade de que a ficha de notificação compulsória desenvolvida pela Saúde fosse utilizada nas escolas. Também foi assinalada a visão fragmentada das análises da violência sexual. Por último, foi reforçada a importância da articulação do Plano com o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Conclusão: Sede da Secretaria Executiva (CECRIA) do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

7. CEARÁ (Fortaleza)

A oficina foi realizada no dia 06 de novembro de 2015 na cidade de Fortaleza e contou com 48 inscrições e a participação de 44 pessoas (92%).

Participaram desta oficina realizada em Fortaleza o CEDCA, MPF, SETDS e Combate à Fome, Deputado Estadual, Coordenadora Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos/CE, Fórum DCA/CE, Conselho Tutelar, Central Única de Favelas, Visão Mundial e Grupo Atenção.

A palestra sobre o Panorama da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado do Ceará constou de uma retrospectiva dessa violação desde o princípio do século, passando pela CPI da prostituição infantil, participação no I Congresso Mundial sobre exploração sexual, apresentação do Plano Nacional, revisão do Plano Nacional, influência das estratégias usadas pelo movimento feminista para garantir a visibilidade da violação e transformação em política pública.

A palestra Indicou ainda todos os avanços, as limitações e os desafios para o seu enfrentamento. O palestrante informou também que há 58 mil estupros e agressões sexuais documentadas e que os territórios de exploração sexual são conhecidos: Osório de Paiva, Barra do Ceará, BR116 etc.

Além disso, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos informou que a estratégia utilizada pelo Estado se chama “Ceará Pacífico” que pretende promover a implementação do Plano Estadual em 20 municípios. Foi registrada a inexistência de articulação entre as instituições;

importância do fortalecimento dos protocolos, dos fluxos de atendimento de proteção e das estratégias de repressão. Foi ainda assinalada a lentidão da justiça e as dificuldades para condenação dos abusadores e exploradores. Também foi informado que a rede está desmontada, o Plano não tem sido implementado desde 2006 e as violações têm aumentado.

Nesta oficina também os participantes foram divididos em grupos de trabalho para apresentarem a estratégia de mobilização para implementação do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Também foi feita uma pesquisa pela ECPAT Internacional, cujos resultados não foram apresentados.

Conclusão: Comitê Estadual inexistente. Pauta assumida pelo Fórum DCA Estadual.

8. ESPIRITO SANTO (Vitória)

A oficina ocorreu no dia 29 de julho de 2016 na cidade de Vitória e contou com 75 inscrições e a participação de 60 pessoas (80%).

Participaram da oficina realizada em Vitória representantes do CEDCA, Coordenadoria Estadual de Articulação de Políticas Intersetoriais, MP, PJ, Fórum DCA, SETADS, DPCA, UFES, DP e Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (PAVIVIS)

Não há dados apresentados na oficina deste Estado. Houve problemas com a desgravação de praticamente todas as falas. O registro das falas da mesa de abertura foi bastante limitado.

Conclusão: Comitê Estadual inexistente. Pauta assumida pelo Fórum DCA Estadual.

9. GOIÁS (Goiânia)

A oficina ocorreu no dia 18 de março de 2016 na cidade de Palmas e contou com 61 inscrições e a participação de 45 pessoas (74%).

Participaram da oficina realizada em Goiânia, o Coordenador do Fórum Goiano, CEDCA, CMDCA, PRF, SSGO, DPCA, Coordenado do Centro de Direitos Humanos do Estado de GO, MP, CRP, CRESS-GO e MNMMR.

Dados do Disque 100 revelam que a violência sexual é a quarta violação mais recorrente contra crianças e adolescentes. Nos três primeiros meses de 2016 foram denunciados 4.480 casos de violência sexual. Os casos de abuso sexual estão presentes em 85% do total de denúncias feitas no primeiro semestre. A exploração sexual contra crianças e adolescentes foi indicada em 23% dos registros.

A PRF informou sobre o monitoramento feito em aproximadamente 4 mil km pertencentes ao Estado de Goiás. Foram mapeados os pontos vulneráveis. Na última operação foram encontradas adolescentes de 14 e 15 anos que estavam nas ruas e, confessaram que realmente estavam sendo exploradas sexualmente. Elas recebiam 50 a 60 reais e ficavam com a metade ou menos que a metade, porque a maior parte do recurso era entregue à cafetina (rede).

Vale destacar que em Goiânia têm sido realizados encontros de trabalho regionalizados nas cinco regiões da Secretaria Municipal de Educação. Portanto, a escola foi selecionada como espaço institucional privilegiado de atuação. A rede definiu que a regionalização dos encontros intersetoriais é uma ferramenta estratégica para o monitoramento dos casos de violência.

Registra-se que foi feita uma reflexão sobre o impacto causado pelas ações desenvolvidas nos últimos 20 anos (Joseleno Vieira dos Santos – coordenador do Fórum Goiano).

Conclusão: Fórum Goiano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes existente.

10. MARANHÃO (São Luís)

A oficina foi realizada no dia 25 de julho de 2015 e contou com 85 inscrições e a participação de 75 pessoas (88%).

Estiveram presentes na oficina realizada em São Luís representantes do CEDCA, Fórum DCA, SEDHPP, CMDCA, MP, SDM, SES e FUNAC.

Todas as atividades foram iniciadas desde 1992, a partir do Projeto “Ser Menina Mulher”, contando com a participação da sociedade civil.

O leilão de meninas em Lima Campos foi uma das situações emblemáticas do movimento que contribuiu para dar visibilidade à questão da violência sexual (1992-1994). Foi o início da mobilização pelo enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

No Maranhão a situação de violência sexual foi também denunciada a partir do caso dos meninos emasculados que contou com a participação efetiva do Centro de Defesa Pe Marcos Passerini, criado em 1997. Esta situação causou grande indignação na sociedade brasileira e o Brasil foi responsabilizado por essa violação junto à ONU.

O Comitê foi constituído em 2004 e desde então tem sido atuante. Vale ainda assinalar o caso da exploração sexual de meninas, ocorrido em Imperatriz, onde acontecia o leilão de meninas virgens.

Segundo os participantes da oficina essa prática continua acontecendo e os participantes são juízes, promotores, delegados e, às vezes, secretários. Os

participantes assinalaram que as dificuldades para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, apesar da existência de muitos órgãos encarregados da proteção e defesa dos direitos dessas crianças e adolescentes são ainda muito recorrentes.

Destaque foi dado ao projeto “Rompendo o silêncio” (1999), a partir de denúncias feitas de meninas sendo exploradas em Caxias. Criação do Completo (2005), espaço da promotoria, DPCA e CPTCA, faltando a Vara de Crimes. Vale registrar que do ponto de vista estratégico foi criado o Prêmio Rompendo o Silêncio destinado ao reconhecimento das melhores coberturas jornalísticas e já se encontra na 8ª edição.

Foi ainda registrada a atuação importante da saúde e da assistência social, assim como a ausência injustificada da educação, considerada como um espaço privilegiado.

Em 2012 foram 435 casos, 460 vítimas e 247 desistências, em 2014 foram 686 casos, 735 vítimas e 166 desistências, enquanto que, em 2015, foram 977 casos, 1.070 vítimas e 80 desistências. O relatório do Centro de Perícia encontra-se à disposição de todos.

O Maranhão está no ranking nacional, entre os cinco primeiros estados com maior número de denúncias no Disque 100, mas isso não tem contribuído para uma mudança em termos de comportamento, atitude e prática para a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Além disso, não tem acontecido o enquadramento do abusador ou do explorador. A ausência do setor da educação no processo de mobilização e articulação foi destacada por muitos participantes da oficina como muito negativa. Por outro lado, no Maranhão é frequente os casos de meninas inseridas no trabalho infantil doméstico, trazidas do interior e, abusadas sexualmente.

Outra questão bastante discutida e aprofundada foi a diferença entre o depoimento sem dano e a escuta em salas especiais, experiência desenvolvida no Centro de Perícia. Em São Luís o Comitê Municipal possui grande efetividade, mais ampliada do que a atuação do Comitê Estadual.

Conclusão: Comitê Estadual e Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes existentes.

11. MATO GROSSO (Cuiabá)

A oficina foi realizada no dia 09 de maio de 2016 na cidade de Cuiabá e contou com a participação de 85 pessoas que se inscreveram no local do evento.

Na oficina realizada em Cuiabá participaram representantes do Sistema de Justiça e de instituições governamentais e não governamentais e um representante dos adolescentes, se destacando o CEDCA, SETAS, CIRCO, CETRAP, MP e PJ.

Foi informado sobre a criação de uma comissão interestadual chamada CIRCO (1998), constituída para atuar no enfrentamento à violência sexual.

Na palestra relativa ao Panorama da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi indicada a importância do enfrentamento da exploração sexual como uma das piores formas de trabalho infantil. Foi feito um histórico sobre as ações desenvolvidas no Estado e informado também sobre a pesquisa relativa à prostituição infantil realizada em 1993. Falaram ainda sobre a montagem do Observatório de Violação de Direitos da Criança e do Adolescente.

Além disso, foram indicadas situações de trabalho infantil e apresentação do ganhador do concurso do aplicativo SOS – adolescente. O adolescente representa o Estado de Mato Grosso junto com Conselho Estadual no CONANDA, por meio de um grupo chamado G38, que reúne 27 crianças e adolescentes de cada Estado da Federação e mais 11 crianças e adolescentes representando as diversidades: indígenas, quilombolas, LGBT e com necessidades especiais.

Nesta oficina também foram discutidas as estratégias para mobilização dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos para implementação do Plano Estadual.

Conclusão: Comitê Estadual inexistente. Pauta assumida pelo Fórum DCA Estadual.

12. MATO GROSSO DO SUL (Campo Grande)

O registro da oficina realizada neste Estado foi feito pelos próprios organizadores locais e o respectivo relatório não foi encaminhado para os coordenadores da oficina (CEDECA-RJ, CNEVSCA e ECPAT Brasil) até a presente data.

Conclusão: Comitê Interestadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Mato Grosso Sul existente

13. MINAS GERAIS (Belo Horizonte)

A oficina foi realizada no dia 17 de abril de 2015 na cidade de Belo Horizonte e contou com 80 inscrições e a participação de 35 pessoas (44%).

Nesta oficina realizada em Belo Horizonte participaram representantes da FEVCAMG, CEDCA, SEDH, Circo Belô, Fórum de Enfrentamento de Minas Gerais e Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos.

Foi indicado que Minas Gerais apresenta a maior malha rodoviária do país e, portanto, o maior número de pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em 2014 aconteceram 1.958 denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes (dados do Disque 100 e do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Os dados do 0800 apontaram que houve 199 denúncias relacionadas a casos de abuso e exploração sexual. Em 2015 o Disque Denúncia recebeu só 10 denúncias O PAIR estava sendo implantado e não havia ainda dados sistematizados.

Registrou-se que existe uma Rede de Adolescentes, Jovens e Educadores do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes bastante ativo.

O monitoramento do Plano Estadual está sendo feito permanentemente. Um exemplo da atuação em rede é o Projeto Minas Agindo em Rede, que realiza uma série de ações no interior do Estado, norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Uberaba e Triângulo Mineiro.

No próximo Plano Orçamentário foram previstos recursos para a revisão do Plano Estadual e para o fortalecimento das redes. Citaram algumas iniciativas importantes do Fórum Estadual: participação atuante na articulação com a Delegacia Especializada; elaboração e execução do Projeto Minas Agindo em Rede; elaboração do Protocolo de Humanização no Atendimento às Vítimas de Violência Sexual; elaboração do fluxograma de atuação interinstitucional no caso de violência sexual.

Além disso, o Fórum Estadual publica um relatório que é apresentado no Dia 18 de Maio. Também convém ser registrado que o Projeto do Protocolo foi premiado pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Existe ainda a RAD-FEVCAMG. Esta Rede está presente praticamente em todas as regiões do Estado. São adolescentes falando para adolescentes. Foi também realizado um mapeamento no Estado com os Municípios que já notificam seus casos de violência e o resultado apontou que 87 instituições já notificam os casos de violência. Existe também um Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos – roda de conversa chamada “Importância da Fala no Processo de Superação da Violência Sexual”.

Por outro lado, também foi indicado que, em Minas Gerais os indicadores de crianças e adolescentes submetidos à violência sexual não são bons. O Estado possui uma rede de organizações comprometidas, mas não é suficiente para o enfrentamento dessa violência. São necessárias políticas públicas. Os investimentos são reduzidos.

Nesta oficina os participantes também apresentaram sugestões de estratégias de mobilização para a implementação do Plano Estadual.

Foi ainda sugerida a realização de uma audiência pública com a participação de todas as secretarias do eixo da promoção social do Sistema de Garantia de Direitos.

Conclusão: Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais existente.

14. PARÁ (Belém)

A oficina foi realizada no dia 21 de janeiro de 2015 na cidade de Belém e contou com a inscrição de 63 pessoas e 58 participantes (92%).

Participaram desta oficina na cidade de Belém representantes do SGD, destacando-se a participação do Corpo de Bombeiros e dos Círculos de Diálogos.

Foi informado que segundo o Diagnóstico Rápido Participativo e dados dos planos decenais municipais que foram feitos em 11 municípios da região de Altamira que, 90% dos processos existentes são relativos à prática de abuso sexual. O MP de Belém também informou que dentre os 1.800 processos em tramitação na Vara Criminal mais de 50% se referem a crimes contra a dignidade sexual de crianças.

Foi indicado o distanciamento entre a elaboração das propostas indicadas no Plano Nacional e Estadual e a efetivação de políticas públicas que é bastante limitada ou insuficiente, bem como a redução da participação da sociedade civil para o enfrentamento à violência sexual.

Entretanto, foram indicados os Círculos de Diálogos que atuam diretamente com as comunidades, envolvendo os agentes do turismo local, visando principalmente coibir a participação dos barqueiros e balseiros na facilitação de acesso de crianças e adolescentes para prática de exploração sexual.

A inexistência de dados oficiais foi outro aspecto assinalado como limitador da atuação mais consistente.

Conclusão: Comitê Estadual existente. É o único estado que já revisou o Plano Estadual.

15. PARAÍBA (João Pessoa)

A oficina foi realizada no dia 05 de julho de 2016 na cidade de João Pessoa e contou com inscrição de 85 pessoas e a participação de 75 (88%).

A oficina realizada em João Pessoa contou com a participação de representantes do CEDCA, CONANDA, REDEXI, UFPB, PRF, SEDH, Pastoral do Menor, Fórum DCA, PJ (Violência Doméstica Familiar contra a Mulher), Projeto Legal, UFPB, CMDCA Patos, CREAS, MP e AS.

Foi feita uma retrospectiva histórica de todas as iniciativas realizadas no Estado: história do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes na Paraíba, indicando todas as principais iniciativas: registro dos resultados da CPI realizada em 1993, criação da REDEXI (1994), pesquisa

sobre crianças e adolescentes feita pela Universidade Federal da Paraíba, nova CPI em 1997 e identificação de 56 pontos de exploração sexual em 35 municípios do Estado. Início do programa Sentinela.

Foram realizadas pesquisas sobre o problema em 1995. Em 1999 foi realizada outra pesquisa sobre trabalho em rua e apareceu a exploração sexual, entre outras atividades de trabalho. Em 2005-2006 outra pesquisa foi realizada com operadores de direitos e de novo voltada para a ESCA. Em 2009/2010 foi feita a pesquisa da PRF. Pesquisa do MP da Paraíba apresentada em agosto de 2012 mostra que a ESCA é a violação mais acentuada na Paraíba.

Dados mais recentes do Disque 100, mostram que em 2013, o estado da Paraíba apresentava 797 casos de abuso Em relação à ESCA, em 2013, o Estado apresentou 223 casos. Em 2015 foram feitas 576 denúncias e, em 2016, nos quatro primeiros meses foram 166 casos. Ainda prevalece as pessoas do sexo feminino e a idade de 12 a 14 anos.

É importante assinalar que o enfrentamento à violência sexual tem sido constante. Os registros são insuficientes e a definição de atribuições não tem sido esclarecida, mesmo junto aos municípios, inclusive da responsabilidade do CMDCA. Interessante ainda registrar que foram identificados 272 casos no Conselho Tutelar e 15 casos no MP.

Convém ainda destacar que há famílias que vivem com a renda gerada por crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. A PRF informou que nos últimos seis anos o número de resgate de crianças foi de 4.321 e houve também uma redução dos pontos críticos de 40%.

Enfim, segundo uma participante, o Plano Municipal de João Pessoa tem 10 anos e não saiu do papel e o Plano Estadual desde que foi implantado em 2012 tem uma comissão e algumas ações propostas, também no papel.

Por último, registra-se que nesta oficina participaram representantes de 15 municípios, enquanto que no Estado são 223 municípios. O Conselho Estadual também não tem tido atuação sistemática. A participação dos adolescentes também não tem acontecido.

Conclusão: Comitê Estadual existente.

16. PARANÁ (Curitiba)

A oficina foi realizada em 13 de setembro de 2017 e contou com a participação de 75 participantes.

Participaram da oficina realizada em Curitiba representantes do Sistema de Garantia de Direitos. Destacam-se a SEDS e a Associação Fênix. Registou-se a ausência da Educação e da Saúde, como instituições fundamentais para a promoção de direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Convém registrar que a Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento Social apresentou as Diretrizes da Política de Assistência Social para o Enfrentamento às Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes e as respectivas ações. Foi ainda informado que a SEDS integra o Núcleo Estadual Intersetorial de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura da Paz.

Segundo dados da SEDS, de 2011 a 2015 foram registradas no Paraná cerca de 21 mil notificações de violências contra crianças e 15 mil casos com adolescentes sendo que 15% das notificações de adolescente são de violência sexual, enquanto que de crianças, esse índice chega a 22%.

As campanhas realizadas são cofinanciadas pelo CEDCA-PR dirigidas à população sobre a importância da denúncia das violências praticadas contra crianças e adolescentes e, também são confeccionados materiais dirigidos às crianças e aos adolescentes.

Convém ressaltar que após o lançamento da campanha, se verificou o aumento de 190% das denúncias realizadas pelo canal de denúncias Disque 181, entre julho e início do mês de agosto de 2016. O Disque Denúncia 181 é vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária e aos Conselhos Tutelares. As denúncias são registradas no Sistema de Informações para a Infância e Adolescência – SIPIA CT web.

Os Conselheiros Tutelares são capacitados pela SEDS para o uso do SIPIA CT WEB e, também é realizada a coordenação do processo de monitoramento e avaliação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seria interessante verificar os resultados do Seminário Estadual intitulado “Enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes: fortalecendo a intersetorialidade entre as políticas públicas no Estado do Paraná”, previsto para ser realizado em 25-26 de outubro de 2016, destacando-se entre seus objetivos “Sensibilizar os participantes sobre a importância da Notificação Obrigatória Intersetorial e instruí-los quanto ao preenchimento da Ficha de Notificação Obrigatória”.

A elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná (estrutura, marco legal, princípios e eixos norteadores), bem como a formação do Comitê Interinstitucional com o detalhamento das estruturas e funções detalhadas, foram outras iniciativas indicadas pelos participantes.

Outra iniciativa realizada no Estado do Paraná no quadro do Panorama da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi a apresentação feita pela Associação Fênix sobre o atendimento ao suposto agressor sexual, no qual é indicado o perfil dos agressores atendidos, incluindo todos os dados pertinentes sobre a questão.

Convém ainda registrar a apresentação do Programa VIRAVIDA desenvolvido pelo Conselho Nacional do SESI para adolescentes e jovens em situação de alta vulnerabilidade. O projeto teve início em Fortaleza/CE em 2008 e atualmente está sendo desenvolvido em 26 cidades brasileiras. Em 2012 recebeu o reconhecimento da ONU como Tecnologia Social Inovadora. Foi também feita a avaliação de impacto de 2012-2014 (social, financeira e econômica) pela John Snow Brasil.

Além disso, em 2016, VIVAVIDA Aprendiz apresentou os resultados de sete anos de atuação, registrando que 3.283 (53%) alunos foram formados com a participação do SENAC, SESC, SENAI, SEBRAE, SESI e SENAT.

Vale ainda registrar que os participantes consideraram que o número de participantes foi muito restrito, que a ausência da Educação, da Saúde e da Vara da Infância e da Juventude e do Conselho de Juízes da Infância não permitiu que questões bastante relevantes fossem discutidas. Como também não houve pactuação para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Por fim, é preciso indicar que a gravação desta oficina não pode ser desgravada por questões técnicas e o registro apresentado foi feito a partir das palestras realizadas pelas instituições SEDS, Associação Fênix e Programa VIRAVIDA. Além disso, na avaliação foi assinalada a ausência de organismos importantes como Educação, Saúde, Vara da Infância e Conselho de Juízes da Infância.

Conclusão: Comitê inexistente. Pauta assumida pelo Fórum DCA Estadual.

17. PERNAMBUCO (Recife)

A oficina foi realizada no dia 14 de outubro de 2015 na cidade de Recife e contou com 45 inscrições e a participação de 40 pessoas (89%).

Participaram da oficina realizada em Recife, representantes do CEDCA, UFEP, SECJ, UFPE/ GECRIA, SESI, Centro de Estudo e Desenvolvimento Social de Ipojuca/CEDS, Fórum DCA e CENDHEC, dentre outras.

O relatório registrou que o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente tem financiado as instituições que atuam no enfrentamento à violência sexual. Também foi assinalado que existe uma grande desarticulação no Estado. Convém indicar que em Pernambuco as informações sobre a revisão do Plano Estadual foram apresentadas na Estratégia de Mobilização dos Integrantes do Sistema de Garantia de Direitos para Implementação do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de acordo com cada eixo do Plano Nacional.

As análises e as considerações foram bastante exaustivas. Serão selecionadas a título de exemplo, determinadas informações. No eixo da análise de situação

foram citadas duas pesquisas realizadas: incidência, modalidade e perfil dos agressores e outra sobre as incidências da violência.

Outra iniciativa importante é a articulação dos bancos de dados para a disponibilização de informações e dados por região de desenvolvimento sobre a violência sexual. Houve também a produção de uma cartilha para os profissionais de saúde (2014). No eixo do atendimento foi indicado o mapeamento de um fluxograma de atendimento à criança e ao adolescente durante a Copa. Portanto, o fluxo existe, mas não está sendo seguido, segundo os participantes da oficina.

Sobre o eixo da Defesa foi informado sobre a instalação de 18 varas regionalizadas e especializadas na infância e juventude do Estado. A ampliação de consolidação de os órgãos de segurança para assegurar a investigação, apuração e responsabilidade dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes aparece também como prioridade na revisão do Plano Estadual. Foi também informado que não existe plantão para as vítimas de violência sexual.

No eixo da Qualificação e Formação (inclusão deste eixo somente no Estado de Pernambuco) foi informado que consiste na formação de grupos específicos: Conselheiro de Direito e Conselheiro Tutelar. Registrou-se que a Escola de Direitos não trabalha especificamente o conteúdo de violência sexual.

Já no eixo da Comunicação e Mobilização foram feitas análises e propostas importantes. Inclusão da mobilização em diversas ocasiões além do Dia 18 de Maio. Foram feita ainda propostas para incluir nos meses junho e julho a exploração sexual como uma das piores formas de trabalho infantil; no dia 23 de setembro – Dia Internacional de Combate ao Tráfico de Meninas e Mulheres para Fins de Exploração Sexual; no dia 19 de novembro – Dia Internacional de Enfrentamento à Violência Sexual e no dia 10 de dezembro – Dia dos Direitos Humanos. A realização de campanhas anuais para melhorar os níveis de informação da sociedade sobre identificação e denúncia da violência sexual foi outra indicação.

Conclusão: Rede de Enfrentamento á Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes existente.

18. PIAUÍ (Teresina)

A oficina foi realizada no dia 21 de setembro de 2016 na cidade de Teresina e contou com 48 inscrições e a participação de 78 pessoas (173%).

Vale registrar que esta oficina realizada em Teresina contou com a participação de representantes de diversos e significativos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos (Conselho Estadual, Coordenação Estadual Judiciária da Infância e Juventude, PRF, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Saúde, Fórum Estadual DCA, Fórum Municipal DCA, Associação dos Conselheiros Tutelares de Piauí, Secretaria Estadual de Educação e

Comitê Piauiense de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, dentre outros).

Apesar da existência de inúmeras instituições mandatadas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes foi assinalado que no estado de Piauí não foram elaborados diversos planos como também não há orçamento incluído em nenhum programa governamental. O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente foi criado em 2007, mas até hoje não recebeu qualquer recurso financeiro do erário público. No entanto, em 2016, o Tribunal de Contas e o Judiciário obrigaram o Governo a criar a Unidade Orçamentária específica para o Fundo com uma previsão orçamentária de sete milhões e trezentos mil reais, mas não foi operacionalizado um só centavo.

A seguir foi apresentado o Plano Nacional que contou com uma exposição bastante detalhada sobre o processo histórico, considerando as razões, causas e consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes, abordando ainda os direitos sexuais e os atuais retrocessos vivenciados no país em termos políticos, sociais e culturais.

Além disso, foi informado o processo de mudança do funcionamento do Comitê Nacional criado para monitorar o Plano Nacional e integrado por organizações governamentais e não governamentais e cooperação internacional e operadores de direito. No entanto, diante da dificuldade de participação de instituições governamentais, o Comitê passou a ser constituído somente por organizações não governamentais.

No decorrer das apresentações e debates foi assinalado que tem aumentado o suicídio de crianças e adolescentes no Estado e que já houve divulgação de seis casos de violência sexual, de estupros coletivos. Foi ainda registrado que em Teresina estão desenvolvendo o Manual de Boas Práticas para o setor de hospedagem, bares e restaurantes para garantir o olhar de cuidado e protetivo às crianças e aos adolescentes em situação de exploração sexual.

Em 2015, no SAMVIS de Parnaíba foram denunciados 97 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, todas do sexo feminino; Bom Jesus, 45 casos, São Raimundo Nonato, 17 casos, Picos, 46 casos. Em 2016 já foram registrados 40 casos de violência sexual em Picos, em Floriano, nove casos, em Corrente foram quatro casos e em Teresina 424 casos. O total é de 644 atendimentos feitos pelo SAMVIS. Foi assinalado ainda que há pessoas que usam como porta de entrada a Saúde, mas que não passam pela Assistência Social.

Na Saúde foram registrados 542 casos na idade de 10 a 19 anos. As crianças e adolescentes correspondem a 82% desse número e, em 2016, 90% de casos aconteceram com crianças e adolescentes. Os dados do Conselho Tutelar se aproximam dos dados da saúde, enquanto que os dados da Segurança Pública, da DPCA indicam que 52% dos inquéritos instaurados são de violência sexual, que representam 109 casos, em um universo de 208. Em 2015, os

dados da Secretaria de Segurança Pública totalizaram 316 casos. Dos dados da DPCA para os dados apresentados pela Secretaria há uma diferença. Em 2016, até agosto, foram registrados 247 casos. A palestrante disponibilizou os dados por município.

Na Assistência Social tem o sistema de informação, como tem nas Secretarias de Segurança, Saúde e DPCA. Não há um fluxo para a rede e os dados são bastante diferenciados. Há muita disparidade entre os dados do CREAS e do Conselho Tutelar. Além disso, foi citado que os dados atualizados estão na Saúde porque é a primeira porta de entrada das violações.

A atuação das instituições relacionadas aos direitos de criança e adolescente só se mobilizam conjuntamente para o Dia 18 de Maio e nos períodos de conferências. Entre os avanços obtidos foram citados o Plano Estadual, o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Estadual que existe e funciona, os 224 Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, alguns sem condições para funcionamento, mas existentes. O Comitê Estadual, os Fóruns DCA, os Fundos, o Termo de Cooperação Técnica, os SAMVIS são órgãos que o Estado possui funcionando. No entanto, encerrando os debates foi informado que o Conselho Estadual está muito fragilizado devido à falta de recursos financeiros.

Foi também informado que os participantes que atuam na área dos direitos da criança e adolescente precisam conhecer as três peças importantes sobre o orçamento: PPA, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Está sendo provocada uma audiência pública na Assembleia Legislativa para que o orçamento seja discutido.

Em termos de estratégia de mobilização foi sugerida a aprovação de um pacto em favor da criança e do adolescente mobilizado pelo Conselho Estadual e a elaboração de propostas para uma política territorial de enfrentamento à violência sexual.

Por fim, na avaliação da oficina foi indicado que não houve apresentação de estratégias para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, foi sugerido que os textos apresentados fossem divulgados.

Conclusão: Comitê Estadual existente.

19. RIO GRANDE DO NORTE (Natal)

A oficina foi realizada no dia 06 de maio de 2016 na cidade de Natal e contou com 64 inscrições e a participação de 54 pessoas (84%).

Esta oficina realizada em Natal contou com a participação de representante do CONSEC, Coordenação de Frente Parlamentar Estadual, CEDH, SEHTAS, SEE, Fórum DCA, Ponto Focal Jovem, Ponto Focal Adulto, FPETI, PJ, DPCA, PJ, CEDECA Casa Renascer, Coordenação Projeto VIRAVIDA, Comissão de

Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Goianinha, DPCA, dentre outros.

Foi informado sobre a necessidade de organização da sociedade civil, do Fórum DCA e do Comitê de Enfrentamento que se encontram bastante desmobilizados. Foi destacado que não houve ainda uma avaliação sistematizada do Plano Estadual. Algumas ações do Plano Estadual foram realizadas, mas de forma desarticulada.

Sobre as pesquisas foi informado que foram realizadas, mas não houve divulgação dos resultados. Os estudos e pesquisas feitos pelas universidades não foram utilizados pelas políticas públicas. De modo geral existe uma descontinuidade da rede. Foi identificada também a falta de dotação orçamentária específica para execução do Plano Estadual.

De modo geral, foi assinalado que na medida em que o enfrentamento da violência sexual não se constitui em política pública, mas tão somente em um programa ou projeto, os resultados são limitados.

Os dados da DCA de 2005 apontam 712 registros entre boletim de ocorrência e denúncias. Deste total, 48,7% são de natureza sexual com um grande índice de estupros. Não há dados mais recentes. O SIPIA não tem sido implementado na maioria dos Conselhos Tutelares, exceto no município de Parintins. No eixo do Atendimento, a única instituição que funcionava foi extinta (Programa SOS Criança). Logo, não existe serviço especializado para o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

No eixo Prevenção foi onde aconteceu um dos maiores avanços (comemoração do Dia 18 de Maio) em conjunto com o eixo Articulação e Mobilização. Foi destacado o papel do Observatório de Violências, o Centro de Defesa de Direitos Humanos e pesquisas realizadas, assim como a criação da Escola de Conselhos. Também precisa ser indicado que a imprensa tem pautado o tema, mas de uma perspectiva sensacionalista.

No eixo Participação e Protagonismo existe o processo de articulação dos Núcleos de Cidadania da Adolescência (NUCAs). Destacado o projeto VIRAVIDA que já apoiou 1.529 alunos e dos quais 11 já cursaram o ensino superior. Este projeto surgiu de uma pesquisa realizada em 2007 que mostrou que mais de 950 municípios violavam os direitos de crianças e adolescentes, em especial a violência sexual. Destes municípios, os que apresentavam maior índice eram Fortaleza, Recife, Natal e Belém. O movimento foi apoiado por Jair Meneguelli, que contou com a parceria do SENAI e SENAC.

As questões sobre gênero, sexualidade, raça e geração continuam requerendo maior aprofundamento pelo movimento da criança e do adolescente, semelhante às discussões realizadas pelo movimento feminista.

Por último, vale destacar o Programa Saúde nas Escolas que trata dos direitos sexuais e reprodutivos, transmissão de DST, álcool e tabaco. Foi assinalado também o Selo Copa Legal, no período 2013-2014, que significou o

comprometimento de toda a rede do turismo: a rede hoteleira, bares, restaurantes, casas noturnas, sindicato dos taxistas, sindicatos dos agentes de viagem e também da Polícia Federal, Ministério Público e de todas as instituições atuantes na área.

Foi assinada uma Carta Compromisso. No entanto, este foi o único legado da Copa. Assim, o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual no RN precisa ser revisto na perspectiva de todos os desafios indicados pelos diversos participantes integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

Conclusão: Comitê Estadual inexistente. Pauta assumida pelo Fórum DCA Estadual.

20. RIO GRANDE DO SUL (Porto Alegre)

A oficina foi realizada no dia 29 de agosto de 2016 na cidade de Porto Alegre e contou com 61 participantes.

Participaram da oficina realizada em Porto Alegre representantes da SEJDH, Fórum Estadual de Adolescentes e Jovens, Coordenação da Frente Parlamentar Nacional, Coordenador da Frente Parlamentar/RS, PJ, MP, CEDCA, CEAS, Coordenação do Movimento pelo Fim da Violência e Exploração Sexual/RS, Coordenação Estadual do Comitê, SES, CRAI e PJ, dentre outros.

Foi assinalado que em Porto Alegre há três iniciativas sendo desenvolvidas: 1) Centro de Referência Infanto-Juvenil (CRAI) para o atendimento de vítimas de violência sexual (abuso e exploração sexual); 2) Projeto desenvolvido pelo Ministério Público, considerando o levantamento da exploração sexual existente em Porto Alegre, que conta com operações em conjunto com a Polícia Civil e Brigada Militar; 3) Redes de pornografia infanto-juvenil *on line,* também desenvolvido pelo Ministério Público.

Foi também apresentado o histórico do Comitê Estadual desde sua criação (2002) até o funcionamento atual. O Comitê é de composição paritária e foi criado por portaria estadual.

Foram apresentados dados da Polícia Civil, da Divisão de Planejamento e Coordenação do Serviço de Estatística do Estado do gabinete do Chefe de Polícia desde 2014. Em 2014, os crimes sexuais contra vulneráveis eram 414 e o estupro de vulnerável era 682, do total de 3.039 crimes de violência contra criança e adolescente. Houve aumento em 2015 e 2016. Em 2015 foram 1.221 casos de estupro de vulnerável e, em 2016, até junho, foram 1.197 casos.

A representante da Secretaria Estadual de Saúde também apresentou dados, mas informou que eram parciais. A fonte é o Sistema Nacional de Notificação de Agravo. O período investigado foi de 2010-2015. A violência sexual ocupa o 4º lugar no número de ocorrências. Se for considerado o ano de 2015, por dia, foram registradas 4,1 fichas de notificação de violência contra criança e

adolescente. Na faixa de zero a nove anos e de 10 a 19 anos estão presentes 83% das violências e que quase 50% destas notificações são de crianças vítimas de um a nove anos de idade. Destacam-se 150 notificações de violência sexual contra crianças menores de um ano e do ponto de vista étnico-racial, são crianças brancas e 80% dos casos ocorrem no seio da família.

Registrou-se também que existe o Programa de Saúde na Escola (PSE) que é o programa de prevenção nas escolas em parceria com o Ministério da Saúde e Ministério da Educação. É sempre ressaltada que a violência é também uma questão de saúde pública. Também existe o Centro de Atendimento Integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência (CRAI/RS). Em 2015 houve 1.743 casos de atendimento, sendo 690 casos ocorridos eme Porto Alegre e 1.053 casos de fora de Porto Alegre.

Por último, foi destacado que as mudanças em termos econômicos, políticos e sociais ocorridas no Brasil têm afetado de forma importante a atuação do Comitê Estadual.

Conclusão: Comitê Estadual existente.

21. RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro)

A oficina ocorreu no dia 12 de maio de 2016 na cidade do Rio de Janeiro e contou com 91 inscrições e a participação de 68 pessoas (75%).

Participaram da oficina realizada no Rio de Janeiro, representantes do CEDCA, CMDCA, SMDS-DH, SEASDH, ENSP/FioCruz, SEAS-DH, NACA Rio e Baixada, CREAS, Coordenação da Campanha Nacional Não Bata, Eduque!, ACTERJ e DCAVM, dentre outros.

É interessante assinalar que o início da oficina contou com a recomendação que fosse revisto o Plano Estadual (2004) e o Plano Municipal, mas com o intuito de construir um Plano Municipal de Enfrentamento às Violências.

Foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho no site do CMDCA. Foi também sugerida a leitura da Resolução 169 do CONANDA sobre construções e defesa acerca do cuidado de crianças e adolescentes nos espaços de atenção e atendimento. Ainda foi sugerido que o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual passe a integrar o Plano de Ação do CEDCA.

Foi registrado também que a experiência do Comitê de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes nos Megaeventos do Rio de Janeiro conseguiu mobilizar e articular as diferentes instituições governamentais, não governamentais e da cooperação internacional para o desenvolvimento de ações conjuntas. Também foi destacado que apesar do nome do Plano Nacional ser de Enfrentamento, convém que as ações a serem desenvolvidas incluam os direitos sexuais de crianças e adolescentes.

Também foi assinalado que até hoje não existe uma Política para a Infância e Adolescência.

Sobre o Panorama da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e de seu Enfrentamento no Estado foram apresentados os resultados de estudos direcionados à análise de formas de violência e as respostas sociais. Os resultados compartilhados foram um conjunto de indicadores desenvolvidos em parceria com o UNICEF. O trabalho foi realizado com a perspectiva de violência e exploração sexual, mas os indicadores tratam tanto da promoção quanto de proteção e da violência em geral e, também na perspectiva de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

O ponto de partida para a construção dos indicadores foram as normativas vigentes na época. Os indicadores selecionados foram aplicados no Rio de Janeiro, Belford Roxo, São Gonçalo, Porto Alegre, Manaus, Campo Grande e Fortaleza. Além disso, foram identificadas as lacunas em cada eixo do Plano Nacional. Também foram apresentados indicadores considerando cinco dimensões: 1) promoção de relações familiares protetoras e de prevenção; 2) investimento na garantia de direitos no Sistema de Garantia de Direitos; 3) qualificação do registro; 4) mecanismos de responsabilização legal das pessoas e 5) instituições que violam os direitos de crianças e adolescentes. Estes indicadores foram aplicados no Rio de Janeiro, Belford Roxo, São Gonçalo, Porto Alegre, Manaus, Campo Grande e Fortaleza. Portanto, foram disponibilizadas informações qualitativas e do âmbito de pesquisas. As informações do Rio de Janeiro são de 2008.

Merecem ainda serem destacadas as informações bastante aprofundadas fornecidas pela assistência social em termos do CRAS, do CREAS e do PAEFI. Foi informado ainda que alguns dados relativos ao abuso e à exploração sexual são sistematizados nos CREAS, por intermédio do instrumento – Registro Mensal de Atendimento (RMA) feito para o MDS. Foram destacadas também a reflexão sobre o papel e as atribuições dos CRAS e CREAS e as muitas confusões existentes sobre demandas encaminhadas ao CREAS e que são atribuições de outros organismos.

Dados do CREAS foram disponibilizados: abuso sexual – 241 meninos de zero a 12 anos, 86 de 13 a 17 anos, enquanto que meninas foram 527 de zero a 12 anos e 283 casos de 13 a 17 anos, segundo dados de 2015 (serviço do RMA do PAEFI).

Registra-se ainda que foi decidido que seria apresentada ao CEDCA e ao CMDCA a proposta de estabelecer uma estratégia para revisão do Plano Estadual e do Plano Municipal sobre o Enfrentamento à Violência Sexual. Também é relevante destacar que apesar dos estudos e pesquisas realizadas não foram apresentadas informações relativas ao impacto desses estudos e pesquisas nas políticas públicas.

Conclusão: Comitê Governamental Permanente de Vigilância para o Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado do Rio de Janeiro foi criado por Decreto n° 41.621 de 06 de janeiro

de 2009. Todas as atribuições previstas não foram viabilizadas. Portanto, o Comitê Estadual e o Comitê Municipal são inexistentes.

22. RONDÔNIA (Porto Velho)

A oficina foi realizada em 22 de março de 2016 na cidade de Porto Velho e contou com a inscrição de 77 pessoas e a participação de 68 (88%).

Nesta oficina realizada em Porto Velho participaram representantes do CONEDCA/RO, CMDCA, CEDECA Maria dos Anjos, Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, MP e JOCUM.

De modo geral foram apresentados todos os fatores que limitam a atuação das diferentes instituições que integram o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente de Rondônia.

Foi citado o Projeto Marias que trabalha com adolescentes de 12 a 18 anos. Também foi destacada a situação de exploração sexual com a construção da Usina, indicando que o grande desafio consta da reflexão sobre o atendimento real da situação no Estado.

No entanto, foi destacada a realização do encontro nacional em Porto Velho em 2011, no qual foi aprovada a **Carta de Porto Velho,** documento importante que chama a atenção para a necessidade de compensação nas grandes obras. No entanto, não foram apresentados dados sobre a violência sexual neste Estado. Registra-se que a oficina não contou com representantes da assistência social. Além disso, a programação prevista não foi completada.

Conclusão: o Comitê Estadual existente, mas não funciona.

23. RORAIMA (Boa Vista)

O Encontro foi realizado nos dias 04-05 de dezembro de 2014 na cidade de Boa Vista e contou com a participação de 47 pessoas.

Este Encontro intitulado “Mobilizando e Articulando Ações para o Enfrentamento à Violência Sexual na Região Norte” foi realizado de acordo com uma proposta diferenciada, pois contou com a participação de representantes das Redes de Proteção de Estados da Região Norte, em especial, com o representante do Comitê de Enfrentamento do Estado de Roraima, Coordenação do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência/SAVVIS-Manaus, dentre outros.

Teve como objetivo contribuir para a garantia e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Além disso, foram apresentadas as respostas da Rede Roraima ao instrumental da pesquisa que constou de 13 questões (questões apresentadas no Anexo IV). Os resultados da pesquisa são muito pertinentes porque indicam os avanços e as dificuldades encontradas para a

efetivação dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual em Roraima.

Outro aspecto a ser registrado foi que durante todas as palestras, os participantes puderam contribuir com questões ou considerações sobre o assunto, demonstrando que a participação foi um elemento relevante durante o Encontro.

A primeira palestra proferida foi sobre a Humanização do Atendimento as Vítimas de Abuso Sexual Crianças e Adolescentes: Traumas e Cicatrizes pela Coordenadora do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência (SAVVIS-Manaus/AM). Convém destacar que foi referenciada a OMS que considera a violência sexual como um grave problema de saúde pública. Segundo a profissional da saúde tem havido alguns avanços em termos de qualificação de pessoal, mas o grande estrangulamento ainda é a atuação devidamente capacitada da rede de proteção.

Também foram indicadas as principais dificuldades enfrentadas pelo movimento em favor da infância e da adolescência em Roraima. São elas: 1) profissionais não capacitados para atuar em rede de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente; 2) desarticulação dos serviços de atendimento da política pública e 3) desconhecimento do papel de cada instituição componente da rede de proteção da criança e do adolescente.

Além disso, foi registrado que o movimento de mulheres indígenas de Roraima tem trabalhado nas comunidades indígenas e apresentado informações para as crianças indígenas que também estão sofrendo violência sexual. Vale destacar que Roraima está em segundo lugar nos casos de violência contra crianças indígenas, principalmente da etnia Bacuxi.

A apresentação da análise de situação é iniciada reafirmando o conceito de violência sexual constituído de abuso e exploração (até então todos tinham feito referência ao abuso e à violência sexual). Foi feita uma retrospectiva de todos os problemas vivenciados em Roraima.

Registra-se ainda que a análise de situação também foi feita com a participação da representação da Assistência Social (CREAS) que informou sobre a existência de 516 registros, sendo que na faixa de zero a 11 anos são 295 casos de abuso e na faixa de 12 aos 18 anos de idade são 221. Outro dado importante refere-se ao número de meninos que foram abusados (106 casos), sendo que de 2006 a 2009 não houve registro de meninos abusados. Outros registros mostraram que os casos de meninas grávidas que entraram pelo hospital materno infantil, ou seja, meninas de 11 a 14 anos, segundo dados de 2014 foram 17 crianças e adolescentes, sendo que em Boa Vista foram oito. Outra informação muito relevante foi sobre o tráfico interestadual e intermunicipal (região das fronteiras) de adolescentes.

O Encontro também propiciou a discussão sobre o papel e a importância da sociedade civil no controle social. Foi ressaltada a importância da organização e funcionamento dos comitês ou fóruns como instâncias para mobilização e

articulação da sociedade civil. Para este Encontro Regional foram convidados representantes das Redes de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de cada estado: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins. Foi ainda informado que todo o material coletado subsidiará uma cartilha com as peculiaridades de Região Norte.

Muitos aspectos diferenciados foram assinalados neste Encontro que merecem destaque:

1) Importância da incorporação do movimento LGBT, movimento indígena, movimento de mulheres e do governo;
2) Papel e atribuições exigidas dos Conselhos Tutelares em desacordo com as definidas legalmente;
3) Inexistência de retaguarda para a proteção de crianças e adolescentes em situação de violência sexual (abuso e exploração) e
4) Reconhecimento da necessidade de atuação junto às famílias.

Nesta oficina os participantes organizaram-se em dinâmicas de grupo para a construção do fluxograma e identificação dos gargalos.

Por último, vale assinalar que o Encontro permitiu avançar nas discussões e apresentar estratégias, visando contribuir para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, evidenciando que os problemas vivenciados pela Região Norte são similares aos de todos os Estados da Federação.

Conclusão: Comitê Estadual existente.

24. SANTA CATARINA (Florianópolis)

A oficina foi realizada no dia 23 de setembro de 2016 na cidade de Florianópolis e contou com a participação de 47 pessoas.

Nesta oficina realizada em Florianópolis participaram representantes do CEDCA, MP, Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, CRP, Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB e ELETROSUL, dentre outros.

Foi informado que o estado de Santa Catarina possui um número alto de denúncias, mas foram ressaltadas as dificuldades e os desafios para obtenção de dados mais precisos. Os dados obtidos foram do Serviço de Segurança Pública de SC (dados da Polícia Militar). Os dados da Polícia Civil estão sendo finalizados e serão divulgados posteriormente.

Os dados foram apresentados pela Corregedoria do Ministério Público referentes a denúncias realizadas por todos os órgãos. Só em relação a estupro de vulnerável e outros crimes contra a dignidade sexual foram 572 em 2012, 373 em 2013, 620 em 2014 e, em 2015, foram 487.

Vale ainda ressaltar que a oficina realizada em Florianópolis contou com a participação da coordenadora do Comitê de Gênero e Raça da ELETROSUL, uma subsidiária da ELETROBRÁS, do Ministério de Minas e Energia. Assim, somente em Santa Catarina houve participação de uma empresa.

Em Santa Catarina a ênfase foi para a discussão bastante complexa sobre o papel dos profissionais da psicologia na tomada de depoimento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Outra particularidade da oficina foi o depoimento de uma mulher que denunciou a sua situação de mulher abusada sexualmente pelo pai desde os sete anos de idade e pelo irmão, tendo tido duas filhas desses abusos.

Além disso, somente nesta oficina houve a avaliação negativa ao indicar que a mesa sobre Panorama da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Estado de Santa Catarina não atingiu o objetivo previsto e não houve discussão sobre o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

Conclusão: Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual InfantoJuvenil existente.

25. SÃO PAULO (São Paulo)

A oficina foi realizada no dia 27 de setembro de 2016 na cidade de São Paulo e contou com a participação de 52 participantes.

Participaram da oficina realizada na cidade de São Paulo, representantes de diversas instituições do Sistema de Garantia de Direitos. Registram-se a presença do representante do Ministério Público do Estado de São Paulo – Eduardo Dias de Souza Ferreira, do Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança – Vitor Pegler, do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Sérgio Carneiro, da representante do Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, da Diretora Técnica da Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de SP (SEDS), da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo (SMADS) e o representante do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outros.

Os participantes da oficina eram na sua maioria do Município de São Paulo. No entanto, representantes de algumas Prefeituras da grande São Paulo também participaram: São Bernardo do Campo, Mauá, Ferraz de Vasconcelos e Caraguatatuba.

Entretanto, vale destacar que a desgravação desta oficina não foi possível devido à qualidade do registro. Entretanto, os organizadores da oficina solicitaram a apresentação de dados e informações pelos participantes locais. Assim, as informações disponibilizadas para este relatório foram encaminhadas

pela Diretora Técnica da Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS).

Foi informado que o Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual funcionou de 2002 até 2006, coordenado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Em 2013, o CONDECA delibera pela constituição do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual, com a atribuição de revisar e implementar o Plano Estadual. Apesar das solicitações, inclusive do MP, o CONDECA ainda não criou o Comitê. Sobre o Plano Municipal foi indicado que o Plano foi elaborado e coordenado pelo Pacto São Paulo, em conjunto com vários atores da rede de atendimento em 2001, não tendo sido revisado.

O Panorama da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Estado de São Paulo contou as apresentações de representantes do Ministério Público, SEDS e da ONG Projeto Quixote.

Além disso, foi registrado que o CNRVV, o projeto Quixote e a Rede Criança entre outras entidades apresentam dados regulares, além dos CREAS, que devem preencher o registro mensal do atendimento (documento obrigatório federal quando há repasse de recursos). Os dados são também preenchidos no sistema PMAS (Planos Municipais de Assistência Social) na cidade de São Paulo e nos CREAS, mas também disponibilizados pela Childhood Brasil quando realiza pesquisas sobre a temática.

É interessante também registrar que o Estado monitora, avalia e capacita tecnicamente os profissionais em todo o Estado.

As redes do Estado são constituídas por 275 unidades de oferta dos serviços de atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual. A proteção Social Especial de Média Complexidade tem 2.728 serviços e o valor repassado em 2016 foi de R$198.337.288,69.

Os resultados da avaliação feita por 52 participantes indicaram que: a oficina só apresentou a política de assistência social; muitos atores do SGD não compareceram ou não permaneceram até o final do evento; o objetivo da oficina não foi cumprido; o encontro deveria ter iniciado com a apresentação de Karina Figueiredo (Plano Nacional); a ausência de parceiros estaduais para a discussão do Plano Nacional e, por último, algumas informações foram confusas e abordagens repetitivas.

Conclusão: Comitê inexistente. Pauta assumida pelo Fórum DCA Estadual.

26. SERGIPE (Aracaju)

A oficina foi realizada no dia 02 de setembro de 2016 na cidade de Aracaju e contou com 117 inscrições e a participação de 110 pessoas (94%).

Registra-se que nesta oficina realizada em Aracaju estiveram participando representantes do Sistema de Justiça (Ministério Público, Poder Judiciário e

Defensoria Pública), Presidente da Comissão da Infância, Adolescência e Juventude da Ordem de Advogados do Brasil/SE, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Coordenadora da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, além da Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos.

A palestra sobre O Panorama da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Estado de Sergipe contou com a colaboração de um representante da Educação e outro da Saúde.

Convém registrar que foi acordado nos Conselhos, junto ao Ministério Público, que os 38 Planos Municipais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes serão feitos por cada Comarca, já que foi considerado mais fácil, diante da grande necessidade de retaguarda.

No entanto, essa proposta foi criticada pela representante da OAB, que apresentou justificativa bastante pertinente sobre sua posição questionando o formato que será dado ao Comitê pelo modelo das Comarcas, pois Isso significa que, cada vez mais, o Sistema de Justiça vai fazer o papel que não é dele. “É desconfortável ouvir que os gestores não assumem o seu papel. Que nós, sociedade civil, não assumimos nosso papel. Que os Conselhos Tutelares não têm condições de assumir esse papel, assim como os Conselhos Municipais de Direito”. “Isso fragiliza a sociedade civil, acomoda cada vez mais os gestores públicos e transfere a responsabilidade para quem não devia tê-la. Não é papel dos juízes e promotores dizerem o que fazer”.

Foram apresentadas informações gerais bastante detalhadas sobre as instituições que desenvolvem ações dirigidas a crianças e adolescentes, principalmente na área da saúde (atendimento pré-natal, gravidez na adolescência, interrupções de gravidez, DST Aids etc.).

Sobre a violência sexual foi informado que em 2014 foram 302 casos, em 2015, 286 e em 2016, 154 casos até agosto. O total desde 2005 é de 4.178 vítimas de violência sexual, preponderantemente de abuso sexual. A maior incidência dos casos é do sexo feminino e a faixa etária de zero a cinco anos representa 21% dos atendimentos; de seis a 10 anos corresponde a 9% dos atendimentos e a faixa de maior incidência é de 11 a 15 anos.

Também a Delegada Titular da Delegacia de Grupos Vulneráveis fez uma apresentação da atuação da delegacia. Reforçou a importância de maior mobilização para estimular as denúncias, pois quanto mais se debate, quanto mais se fala sobre o assunto, mais pessoas têm coragem para denunciar. Em 2014 foram feitos 937 boletins de ocorrência e, em 2016 mais de 700. Em 2016 foram 167 inquéritos e, mais ou menos, 40 de crimes sexuais. Em 2015 ocorreram 56 casos de estupro de vulnerável.

O representante da Secretaria de Estado da Assistência Social indicou que segundo dados do CREAS foram 342 casos de violência sexual, entre zero e 17 anos em 2015 e, em 2016 foram 185 casos.

Por outro lado, convém destacar que segundo a representante da Saúde, todos os dados dos municípios podem ser fornecidos. Tudo está catalogado: data, idade, nome do acompanhante da vítima etc.

Também foi destacado que o único fluxograma apresentado foi o da Saúde, mas que seria importante mapear o fluxograma da rede. Além disso, foi registrado que o objetivo dos participantes deveria ser identificar os obstáculos para o fortalecimento da rede.

Por último, foi assinalado que o Estado de Sergipe precisa construir sete planos: plano de enfrentamento à violência sexual; plano de erradicação do trabalho infantil; plano de convivência familiar e comunitária, plano socioeducativo, plano de direitos humanos de crianças e adolescentes, plano da primeira infância e plano decenal. No entanto, os recursos financeiros, técnicos e humanos são limitados.

A proposta apresentada pelos participantes para revisão do Plano Estadual e dos planos municipais foi uma comissão a ser criada pelo Conselho Estadual de Direitos.

Conclusão: Comitê Estadual inexistente. Pauta assumida pelo Fórum DCA Estadual.

27. TOCANTINS (Palmas)

A oficina foi realizada no dia 18 de março de 2016 na cidade de PaImas e contou com 61 inscrições e a participação de 45 pessoas (74%).

Nesta oficina realizada em Palmas participaram representantes do CEDCA, CMDCA, Coordenação Colegiada Fórum DCA, Rede Estadual de Adolescentes, DPCA, SSA, CREAS e Observatório de Direitos Humanos do CEDECA-TO, dentre outros.

Foram apresentadas informações fornecidas pela DPCA de 2014-2015, sendo 130 casos de estupros de crianças e 246 adolescentes (2014) e, em 2015, foram 144 crianças e 156 adolescentes, somente no primeiro semestre.

Segundo a representante da Saúde há em Palmas muitos casos de crianças de 10-11 anos de idade grávidas, que chegam ao hospital em trabalho de parto. Informou também sobre todas as atividades desenvolvidas.

A representante do Observatório de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes informou sobre as iniciativas do Observatório relativas ao controle social de políticas públicas, além da produção de conhecimento que constou da realização de algumas pesquisas durante a existência do Observatório. Em 2014 foi lançada a pesquisa sobre as Grandes Obras. Os dados existentes são oriundos dos Conselhos Tutelares.

Os desafios apresentados foram o funcionamento em rede e a criação de espaços para a escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Foi ainda registrado que os dados obtidos de diferentes fontes são muito contraditórios (CREAS, Conselhos Tutelares, Saúde, DPCA). Foi destacada também a necessidade de ter uma agenda comum para não haver multiplicação de eventos.

Além disso, foi realçada a relação entre os suicídios e violência sexual que em Palmas tem tido grande incidência.

Ao fazer o resgate do Fórum DCA foram assinaladas algumas questões relevantes, tais como: a aprovação dos Planos Municipais e Estadual pelos Conselhos, pois eles já foram elaborados; do plano municipal de educação, a pedido de políticos, de religiosos e de gestores foi retirado o tema da ideologia de gênero; as políticas públicas voltadas para o adolescente nunca foram aprovadas e executadas, mas somente o "toque de recolher"; na dimensão técnica-política há um isolamento muito grande; a saúde tem realizado um bom debate e uma leitura política correta, mas existem outras instituições, como a educação, que está muito distanciada do debate sobre os direitos humanos, do atendimento, da promoção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Por último, foi registrada a ausência da Assistência Social na oficina.

Conclusão: Comitê Estadual inexistente. Pauta assumida pelo Fórum DCA Estadual.

III. Palavras finais: avanços e desafios

A leitura dos relatórios das oficinas realizadas no quadro do Projeto de Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, executado pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA-RJ), em parceria com o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CNEVSCA) e ECPAT Brasil representou uma iniciativa bastante relevante, pois propiciou que fosse feita uma garimpagem de dados e informações que possibilitaram a identificação dos avanços, mas também dos desafios a serem enfrentados nos próximos anos, com vistas ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro em termos da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, assim como dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Assim, as palavras finais podem ser iniciadas indicando que os objetivos previstos foram parcialmente alcançados, já que em determinados Estados não houve apresentação de dados concretos sobre a violência sexual (abuso e exploração), assim como não foram definidas em todos os Estados, estratégias

de mobilização para revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, conforme previsto na programação.

Vale ainda informar que a apresentação dos relatórios constou de 677 páginas, porém não foi incluído o relatório do Mato Grosso do Sul. Os relatórios do Paraná e de São Paulo não puderam ser desgravados. As informações referentes ao Estado do Paraná foram retiradas dos documentos apresentados durante a realização da oficina. Todavia as informações sobre o panorama da situação da violência sexual do Paraná e de São Paulo não foram recebidas, apesar da solicitação feita posteriormente.

Além disso, não houve o registro, mesmo que parcial, do funcionamento do Comitê ou Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em cada Estado ou Distrito Federal (histórico, número de participantes, principais ações realizadas etc.).

Entretanto, praticamente, em todos os Estados houve participação nas oficinas de representantes dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público, Segurança Pública (DPCA e Polícia Rodoviária Federal), Assistência Social (CREAS), Saúde, Poder Judiciário, ONGs e Universidades.

Em inúmeros Estados houve participação de representantes de Pontos Focais dos Comitês ou Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e de adolescentes e jovens que integram os Comitês ou Fóruns. Também em determinadas oficinas participaram representantes dos Direitos Humanos, dos Fóruns Estaduais e Municipais, de Conselhos Tutelares, da OAB e da Educação.

A participação significativa de representantes dos diversos eixos do Sistema de Garantia de Direitos (promoção, defesa e responsabilização e controle social) demonstra que o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes está legitimado e incorporado em suas respectivas atuações, mesmo contando com as limitações assinaladas por todos os participantes.

Pode também ser indicado que em 14 Estados da Federação dados sobre a violência sexual, principalmente sobre abusos sexuais foram registrados por diferentes instituições. No entanto, dados ainda desarticulados. Também a relação entre inscrições e participações foi significativa, sendo que em um Estado o número de participantes ultrapassou o número de inscrições (Piauí) e somente em Minas Gerais, o número de participantes foi de 44%.

Além disso, as apresentações feitas foram bastante diferenciadas, parecendo indicar que não houve por parte dos organizadores, uma orientação anterior sobre o roteiro a ser seguido. Referente ao Panorama da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado as informações transitaram pelo histórico, conceitos, organizações existentes, diagnóstico das “faltas”,

apresentação de dados concretos sobre a violência sexual (abuso e exploração) e indicação de questões específicas.

A análise dos relatórios permite ainda identificar que os dados atualizados foram apresentados nos Estados em que eles estão sendo regularmente sistematizados (Saúde, CREAS, DPCA, MP e CT.). Por outro lado, os resultados dos estudos e das pesquisas não foram divulgados, nem tampouco serviram de subsídios para definir as políticas públicas.

Os 13 Estados que contam com a existência de Comitês ou Fóruns de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes são os seguintes: **Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará (**único Estado no qual o Plano Estadual já foi revisado)**, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Roraima e Santa Catarina.** Entretanto há nove Estados nos quais não existe o Comitê ou Fórum, mas a pauta está sendo viabilizada pelos Fóruns Estaduais DCA. São eles: **Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe e Tocantins.** Além disso, não há comitês ou fóruns em funcionamento em quatro Estados: **Acre, Piauí, Rio de Janeiro e Rondônia.** Em **Brasília/DF** não existe Comitê ou Fórum, porém é a sede da Secretaria Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CECRIA).

Entretanto, não foi feita uma avaliação do funcionamento desses comitês ou fóruns, considerando a participação de suas instituições, planos estaduais e municipais elaborados e revistos, articulação com organismos governamentais e recursos técnicos e financeiros disponíveis, dentre outros aspectos.

No entanto, todos os Estados têm desenvolvido atividades de mobilização sobre o enfrentamento à violência sexual (abuso e exploração), principalmente no quadro do Dia 18 de Maio.

Vale ainda assinalar que mesmo frente à limitação da atuação das instituições de políticas públicas, em grande parte dos estados e municípios, a questão da violência sexual é abordada por muitas instituições, principalmente, pelos Conselhos dos Direitos, Comitês, Fóruns ou ONGs que integraram a problemática nas suas atuações, mas também pelo Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas), bem como pelo eixo da promoção (assistência social e saúde) e do controle social e, em determinados Estados, pela educação (Goiás, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul).

Um aspecto interessante a ser registrado se refere à identificação da exploração sexual de crianças e adolescentes como um grave problema de saúde segundo a OMS; como uma das piores formas de trabalho infantil conforme a Convenção da OIT, ratificada pelo Brasil (reconhecimento registrado nas oficinas de Minas Gerais e Maranhão) e uma das mais graves violações de direitos humanos. Essas opiniões são complementares, pois consideram a mesma violação por intermédio de diferentes enfoques.

Convém também registrar que o Encontro realizado em Roraima (Boa Vista) foi bastante diferenciado do ponto de vista metodológico. Em primeiro lugar porque foi um encontro dos estados da Região Norte, mas também a estratégia de participação dos presentes no Encontro foi inovadora, pois durante todas as falas dos palestrantes, os participantes completavam as informações ou apresentavam recomendações sobre o assunto. Além disso, foi o único estado que apresentou informações concernentes à população indígena.

Também muito importante foi a discussão sobre corpo, sexualidade e direitos sexuais sendo reconhecido como um grande desafio a ser enfrentado, pois persiste no País uma visão estereotipada de que sexualidade se reduz a relações sexuais. Grande parte da sociedade ainda não consegue ter uma visão de que a criança e o adolescente têm direitos sexuais e, que as crianças e os adolescentes devem ser protegidos com informações e orientações que respeitem sua fase de desenvolvimento, conforme assinalado pela oficina realizada em Brasília/DF.

Continuando a análise proposta. Sem desmerecer as falas de todos os palestrantes, as apresentações feitas em três estados (Ceará, Pará e Roraima) sobre o Panorama da Violência Sexual deveriam ser divulgadas no site do ECPAT Brasil e do Comitê Nacional devido à sua extrema pertinência, propiciando uma revisão do alinhamento conceitual para a qualificação continuada de todos os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

Além disso, os principais problemas identificados pelos participantes e registrados nos relatórios dos Estados e do Distrito Federal são similares. Podem ser citados:

1) Limitação de recursos técnicos, financeiros e operacionais;
2) Inexistência de atendimento em rede;
3) Execução das políticas públicas de forma limitada, desarticulada ou inexistente;
4) Impunidade generalizada;
5) Integração entre o Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Segurança Pública) inexistente;
6) Intersetorialidade e interinstitucionalidade inexistentes;
9) Dados apresentados segundo cada instituição bastante diferenciados (Saúde, CREAS, DPCA, MP e CT) do mesmo Estado ou Município;
10) Ações específicas dirigidas aos abusadores inexistentes;
11) Movimento pelo enfrentamento à violência sexual no âmbito da educação registrado como inexistente ou limitado a determinados Estados.

Outras questões importantes assinaladas pelos participantes do Encontro de Roraima, mas que se aplicam a todos os Estados e merecem ser registradas, foram as seguintes:

1) Profissionais não estão capacitados para atuar em rede de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente;
2) Permanece a desarticulação dos serviços de atendimento da política pública e

3) Persiste o desconhecimento do papel de cada instituição componente da rede de proteção da criança e do adolescente.

Continuando sobre os desafios a serem enfrentados. Outras questões foram assinaladas pelos participantes:

4) É imprescindível a incorporação do movimento LGBT, movimento indígena, movimento de mulheres e do governo;
5) O papel e as atribuições exigidas dos Conselhos Tutelares muitas vezes estão em desacordo com as definidas legalmente;
6) Registra-se a inexistência de retaguarda para a proteção de crianças e adolescentes em situação de violência sexual (abuso e exploração) e
7) É preciso reconhecer sobre a necessidade de atuação junto às famílias.

Foi ainda ressaltado que a mídia tem contribuído com a apresentação de conceitos equivocados, divulgados de forma sensacionalista, confundindo abusador sexual com pedófilo, de forma sistemática.

Outro grande problema indicado por vários participantes reside na existência de diversos planos que não dialogam entre si: Plano Estadual do Sistema Socioeducativo, Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Plano Estadual de Convivência Familiar, Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Plano Estadual pela Primeira Infância e Plano Decenal.

Apesar da existência de comitês ou fóruns ou da violência sexual estar sendo pautada pelos fóruns estaduais DCA, em praticamente todos os Estados e em todas as oficinas foi assinalada a atual fase de desmobilização de seus participantes, mesmo naqueles em que o Comitê continua presente e atuante como em Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Roraima e Santa Catarina, por exemplo.

Vale ainda registrar que os organizadores da oficina no Estado de MATO GROSSO DO SUL (Campo Grande) não disponibilizaram os dados e informações conforme combinado até a presente data.

Por último, mas não menos importante, convém informar que o projeto de Monitoramento dos Planos Estaduais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, previsto a ser desenvolvido pelo CEDECA-RJ, Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Rede ECPAT Brasil, com apoio do CONANDA, em 2018, deverá incluir a análise e revisão dos comitês ou fóruns existentes, identificando seus avanços e dificuldades, como parte integrante do objetivo proposto de monitoramento dos Planos Estaduais e Planos Municipais das capitais.

Bibliografia

CEDECA/RJ, CNEVSCA, ECPAT Brasil. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Acre. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 08 de maio de 2015, 15 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado de Alagoas. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 12 de agosto de 2016, 42 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado de Amapá. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 12 de maio de 2015, 24 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Amazonas. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 13 de novembro de 2015, 28 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado da Bahia. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 07 de julho de 2016, 32 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina em Brasília/DF. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 09 de julho de 2016, 14 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Ceará. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 05 de novembro de 2015, 34 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 29 de julho de 2016, 8 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado de Goiás. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 18 de março de 2016, 25 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Maranhão. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 18 de março de 2016, 44 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Mato Grosso. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 09 de maio de 2016, 22 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 17 de abril de 2015, 32 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Pará. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 21 de janeiro de 2015, 7 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado de Paraíba. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 05 de julho de 2016, 44 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Paraná. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 13 de setembro de 2016, s/n.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado de Pernambuco. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 14 de outubro de 2015, 34 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Piauí. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 21 de setembro de 2016, 48 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 06 de maio de 2016, 27 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 29 de agosto de 2016, 34 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 12 de maio de 2016, 36 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado de Rondônia. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 22 de marco de 2016, 07 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado de Roraima. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 04-05 de dezembro de 2014, 49 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 23 de dezembro de 2014, 49 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado de Sergipe. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 02 de setembro de 2016, 4 p.

----------. Projeto Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Relatório da oficina no Estado de Tocantins. Rio de Janeiro: CEDECA/RJ, 18 de março de 2016, 18 p.

CONANDA. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. Coleção Garantia de Direitos. Série Subsídios. Tomo V. 3ª. ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002.

_____. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVESCA). SDH/PR. Ministério do Turismo. ECPAT Brasil. Brasília: CEDECA/RJ, fevereiro de 2015.

ANEXOS

Anexo I

Roteiro dos Relatórios

Os roteiros dos relatórios obedeceram a mesma pauta.

I. Apresentação
II. Programação
III. Desenvolvimento da oficina
   a) Abertura
   b) Participantes
   c) Mesas:
1) Panorama da Violência Sexual contra Criança e Adolescente no Estado
2) Apresentação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Histórico informativo e qualitativo, mas poucos apresentaram dados quantitativos sistematizados e analisados
3) Estratégias de Mobilização para Revisão do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Estado
4) Considerações finais
5) Avaliação geral da oficina

Além disso, em todas as oficinas participaram representantes do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, ECPAT Brasil e CEDECA-RJ como organizadores e/ou palestrantes.

Anexo II

Resumo da atuação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

O Comitê Nacional é uma rede de organizações composta por comitês ou fóruns estaduais e municipais. É uma rede da sociedade civil que existe há 15 anos. Foi constituído em 2003, a partir do reconhecimento da importância do monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, apresentado em 2000, revisto em 2013 e, aprovado pelo CONANDA. Durante toda sua trajetória diversas atividades foram relevantes, mas se destacam as seguintes:

1) Participação na Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos;
2) Institucionalização da pauta mobilizadora ao nível nacional – Dia 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, desde maio de 2000 – Esquecer é Permitir. Lembrar é Combater;
3) Participação efetiva na CPMI (2003-2004), que foi responsável pela mudança do Código Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere aos crimes sexuais;

4) Criação dos comitês estaduais e fortalecimento dos fóruns e redes de enfrentamento já existentes;
5) Discussão sobre o monitoramento do Plano Nacional a partir da realização da 1ª. oficina realizada em Brasília;
6) Realização do 1º encontro com adolescentes sobre a temática da violência sexual (2004);
7) Estabelecimento de articulações para realização do III Congresso Mundial;
8) Realização do I Congresso Brasileiro sobre Violência Sexual;
9) Participação efetiva no III Congresso Mundial realizado em 2008 no Rio de Janeiro;
10) Mudança da consigna para FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes;
11) Revisão do Plano Nacional e mudança para o nome de Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em 2010;
12) Realização da Assembleia do Comitê na qual há uma ruptura da composição, passando a ser uma rede de organizações não governamentais;
13) Início do processo de articulação com as outras redes nacionais: ANCED, Fórum DCA e Fórum PETI;
14) Aprovação do novo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes pelo CONANDA;
15) Realização da Disseminação do Plano Nacional em todos os Estados da Federação.

Anexo III

Resumo da atuação da Rede ECPAT Brasil (End Child Prostitution, Child Pornography and Traficking of Children for Sexual Purposes)

A Rede ECPAT Brasil é uma coalisão de organizações da sociedade civil que trabalham para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes, compreendendo as suas quatro dimensões: prostituição, pornografia, tráfico e turismo para fins de exploração sexual.

Existe desde 1997, a partir da participação de algumas instituições no I Congresso Mundial de Combate à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo/Suécia em 1996, quando foi criada uma agenda mundial pela eliminação da exploração sexual contra crianças e adolescente, constituída por organizações da sociedade civil e redes de enfrentamento contra a violência sexual de crianças e adolescentes.

A Rede ECPAT Internacional possui status Consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Envolve 80 países, com mais de 90 articulações de entidades que desenvolvem ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. É composta por uma Secretaria Geral e por articulações regionais com uma estrutura de gestão e

representação dos membros. As assembleias acontecem a cada três anos com a participação de todos os países membros.

ECPAT Brasil se pauta nas discussões dos direitos humanos universais conforme as Regras de Beijing, Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, nas definições do I Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizado em Estocolmo em 1996, na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e no Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual.

Para tanto, possui como referencial teórico as definições adotadas no I e II Congressos Mundiais de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, bem como as modificações pactuadas, posteriormente, pela Carta do Rio de Janeiro (2008).

No Brasil, a Rede ECPAT é constituída por 28 filiadas sediadas em diversas regiões do país, que têm como mandato a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e sexuais de crianças e adolescentes em situação de violência sexual (abuso e exploração sexual).

Anexo IV

Pesquisa da Rede de Roraima

As questões apresentadas foram as seguintes:

1) No estado se desenvolve política, programa e/ou projeto voltado à proteção e defesa as vítimas de violência e abuso de criança e adolescente?

2) No estado, há destinação orçamentária específica para execução de programas e projetos para o enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes?

3) Como a instituição contribui para fortalecer as políticas, programas e projetos voltados à proteção de direitos de crianças e adolescentes vítimas de abuso e violência sexual?

4) Como a instituição/rede avalia o impacto da ocorrência das violações de direitos de crianças e adolescentes, em especial o abuso e violência sexual?

5) Como a instituição avalia os atendimentos às vítimas de abuso e violência sexual no CREAS?

6) Quais são as instituições que compõem a rede de proteção da criança e do adolescente no Estado?

7) Em relação ao enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil como as instituições vêm se mobilizando dentro do Estado?

8) Quantidade de denúncias recebidas em 2014.

9) Para o registro de denúncias é usado o SIPIA no Estado?

10) Quantidade de denúncias enviadas pelo DISK 100 em 2014.

11) Existe algum tipo de comunicação entre as redes no Estado?

12) Quais são os instrumentos de comunicação utilizados?

13) Que resultados o Estado vem alcançando no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil?